JEVERSON JUNQUEIRA RODRIGUES

**Reflexões sobre a atuação do poder judiciário na resolução de lides
envolvendo a concessão de benefícios de prestação continuada**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Homero Batista Mateus da Silva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

JEVERSON JUNQUEIRA RODRIGUES

**Reflexões sobre a atuação do poder judiciário na resolução de lides
envolvendo a concessão de benefícios de prestação continuada**

Dissertação de Mestrado, apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Trabalho e Seguridade Social, sob a orientação do Professor Doutor Homero Batista Mateus da Silva.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Rodrigues, Jeverson Junqueira
Reflexões sobre a atuação do poder judiciário na
resolução de lides envolvendo a concessão de
benefícios de prestação continuada ; Jeverson
Junqueira Rodrigues ; orientador Homero Batista
Mateus da Silva -- São Paulo, 2020.
178 p.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Assistência social. 2. Benefício de prestação
continuada. 3. Vulnerabilidade social. I. Silva,
Homero Batista Mateus da, orient. II. Título.

Nome: RODRIGUES, Jeverson Junqueira.

Título: Reflexões sobre a atuação do poder judiciário na resolução de lides envolvendo a concessão de benefícios de prestação continuada

Dissertação de Mestrado, apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Trabalho e Seguridade Social, sob a orientação do Professor Doutor Homero Batista Mateus da Silva.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Em memória de meu pai, João Rodrigues,
primeiro incentivador de meu percurso,
e que não está aqui para ver o fruto de seu esforço.*

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde sempre me senti acolhido pelos professores e colegas, mesmo sem um sobrenome tradicional ou um cargo de prestígio.

Ao Professor Homero Batista Mateus da Silva, pela confiança em meu trabalho desde a orientação em grau de bacharelado, e pelo exemplo de equilíbrio, gentileza e simplicidade, que muito acrescenta a todos que com ele convivem, não apenas como acadêmicos, mas como seres humanos.

Aos Doutores Marcelo Guerra Martins e Paulo Cezar Duran, pela compreensão em relação à minha necessidade de dedicação ao presente trabalho no final de 2019, sem o que seria impossível concluir tal empreitada, e pelo apoio, que infelizmente não obtive de nenhum outro magistrado da Justiça Federal de São Paulo.

À minha esposa, Ana Claudia, que suportou os dissabores desses anos de graduação e mestrado com enorme paciência, a quem dedico toda a minha devoção.

À minha mãe e meus irmãos, que entenderam minha ausência do convívio ao longo desse período, em especial após a perda de meu pai, que nos fragilizou tanto.

Aos professores Flávio Roberto Batista e Otavio Pinto e Silva, pelas valiosas contribuições ao aperfeiçoamento desse trabalho, por ocasião da banca de qualificação.

Aos professores José Maurício Conti e Zélia Luiza Pierdoná, pelas frutíferas aulas na disciplina Orçamento da Seguridade Social e o Déficit da Previdência, ministrada no 2º semestre de 2018, em que testemunhei raro intercâmbio de ideias e diálogo com alunos de diferentes formações, atividades profissionais e espectros ideológicos.

O meu amor pelas misérias

Me leva

Me trouxe

Roça o que interessa

E fez de mim

Alguém que eu sou hoje

(Adriana Calcanhoto, *Graffitis*, 1992)

RESUMO

No ordenamento jurídico brasileiro, a Assistência Social é verdadeiro braço do Estado, visando a tutelar cidadãos com graves e emergentes vulnerabilidades, riscos sociais que não apenas ameaçam a existência digna dos assistidos, como também vulneram a ordem pública. Normas de Assistência Social se inserem na segunda dimensão de direitos, ante a necessidade de elaboração de um arcabouço legal que organize a prestação de serviços públicos, serviços estes que, no Brasil, foram e são prestados pelo Estado e por instituições privadas, com e sem objetivo de lucro. A Constituição de 1988 deu especial ênfase à assistência aos desamparados como direito social, bem como buscou fomentar a estruturação de um sistema de financiamento específico para prestações sociais relevantes, ao que se convencionou chamar por Sistema de Seguridade Social, a qual incluiu a Assistência Social como um de seus vértices. Ao longo das décadas, o estudo do tema restou concentrado em uma única prestação assistencial, a saber, o benefício de prestação continuada, o qual, a rigor, deveria ser concedido apenas em casos extremos, quando não se mostrassem efetivos os demais serviços sociais. Em razão da omissão em regulamentar os critérios para análise das condições de pobreza necessárias para concessão do benefício, o Estado brasileiro provoca uma grande quantidade de conflitos judicializados, e o Poder Judiciário vem atuando de forma casuística, substituindo a Administração Pública na análise de casos concretos, para os quais os magistrados não têm formação adequada.

Palavras-chave: Assistência Social. Benefício de prestação continuada. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

In the Brazilian legal system, Social Assistance is a real arm of the State, aiming to protect citizens with serious and emerging vulnerabilities, social risks that not only threaten the existence of those who are assisted, but also violate public order. Social assistance norms are inserted in the second dimension of rights, in view of the need to elaborate a legal framework that organizes the provision of public services, which in Brazil were and are provided by the State and private institutions, with and without profit objective. The 1988 Constitution especially emphasized assisting the vulnerable as a social right, as well as promoting the structuring of a specific funding system for relevant social benefits, called the Social Security System, which included Social Assistance as one of its vertices. Over the decades, the study of the subject remained focused on a single benefit, namely the benefit of continued provision, which, strictly speaking, should be granted only in extreme cases, when other social services were not shown to be effective. Due to the omission to regulate the criteria for analyzing the poverty conditions necessary to grant the benefit, the Brazilian State causes a great number of judicial conflicts, and the Judiciary has been acting in a casuistic way, replacing the Public Administration in the analysis of cases for which magistrates are not adequately trained.

Keywords: Social assistance. Benefit of continued provision. Social vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AgR	Agravo Regimental
AP	Apelação
Art.	Artigo
BPC	Benefício de prestação continuada
CF	Constituição Federal de 1988
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde -CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde nº 54.21, aprovada pela 54ª Assembleia Mundial da Saúde
CJ	Consultoria Jurídica da Presidência da República
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
ED	Embargos de declaração
FGTS	Fundo de garantia por tempo de serviço
FUNRURAL	Fundo de assistência ao trabalhador rural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Medida Cautelar
Min.	Ministro
MP	Medida Provisória
OGMO	Órgão gestor da mão de obra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PEDILEF	Pedido de uniformização de interpretação de lei federal
PL	Projeto de lei
Rcl	Reclamação constitucional
RE	Recurso Extraordinário
Rel.	Relator
REsp	Recurso Especial
SEADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TNU	Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais
TRF	Tribunal Regional Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
I. Tema a ser desenvolvido e justificativa.....	19
II. Organização do trabalho e limitações.....	20
1. PANORAMA HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	23
1.1 ALGUMAS PRÉVIAS QUESTÕES TERMINOLÓGICAS.....	23
1.2 BREVE ESCORÇO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	25
1.3 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE O TEMA NO BRASIL.....	33
1.3.1 Da Era Vargas ao SINPAS.....	33
1.3.2 A Carta de 1988 e a constitucionalização da assistência social.....	38
1.3.3 A Lei Orgânica da Assistência Social e a legislação assistencial esparsa.....	45
2. O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E OUTROS BENEFÍCIOS	
ASSISTENCIAIS EM PECÚNIA.....	53
2.1 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS: MÍNIMO SOCIAL OU MÍNIMO EXISTENCIAL.....	53
2.2 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DE ALCANCE LIMITADO A CERTOS	
INDIVÍDUOS.....	56
2.3 O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR AVULSO.....	58
2.4 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA.....	60
2.5 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS.....	64
2.6 O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: ANÁLISE CRÍTICA DE SUA	
NORMATIZAÇÃO.....	66
2.6.1 A idade avançada.....	71
2.6.2 A deficiência.....	74
2.6.3 A miserabilidade.....	81
2.6.4 A renda de um salário mínimo.....	85
3. A JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS SOBRE A CONCESSÃO DE	
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	95
3.1 ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS.....	95
3.2 OS INCENTIVOS À JUDICIALIZAÇÃO.....	97

3.3 AS PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS APRECIADAS PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES E PELA TNU.....	102
3.3.1 O conceito de miserabilidade com base em critério meramente econômico.....	102
3.3.2 A aplicação analógica do artigo 34 do Estatuto do Idoso às pessoas com deficiência e aos titulares de benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo.....	111
3.3.3 A definição do conceito de família para cálculo da renda familiar <i>per capita</i>	116
3.3.4 O conceito de deficiência/incapacidade e os impedimentos de longo prazo.....	121
3.3.5 O exame das condições socioeconômicas do requerente para comprovação da miserabilidade e deficiência.....	125
3.3.6 A possibilidade de concessão do benefício assistencial a estrangeiros.....	128
4. POR UM NOVO CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	133
4.1 EM BUSCA DE UM NOVO PARÂMETRO DE MISERABILIDADE.....	133
4.2 AS PROPOSTAS LEGISLATIVAS DE ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	136
4.3 O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E O CONTROLE DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL.....	144
4.4 O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA APLICABILIDADE COMO CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	149
CONCLUSÕES.....	159
REFERÊNCIAS	161
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	169

INTRODUÇÃO

I. Tema a ser desenvolvido e justificativa

O presente trabalho acadêmico pretende desenvolver reflexões acerca dos critérios adotados pelos magistrados na resolução de lides em que se discute o direito dos administrados à concessão ou manutenção do benefício assistencial de prestação continuada, identificando as principais controvérsias e as teses suscitadas pelas partes nos litígios acerca do tema, a fim de fornecer subsídios para a tomada de decisões diante de conflitos concretos que envolvam em alguma medida as questões aqui abordadas.

Como pressuposto necessário para abordagem dessa temática, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca do Sistema Nacional de Assistência Social, da sua função e de seu contexto dentro do arcabouço constitucional e legal referente à Seguridade Social, bem como estabelecer paralelos e dissonâncias entre o benefício previsto no art. 203 da Constituição da República e outras prestações assistenciais e previdenciárias fornecidas pelo Estado brasileiro.

Tal proposta se justifica pela grande demanda social pela concessão de benefícios assistenciais, sendo que expressivo percentual dos direitos a prestações estatais vem sendo garantido mediante judicialização dos pleitos indeferidos administrativamente. Apenas para que se tenha uma ideia, conforme dados compilados pelo Conselho Nacional de Justiça referentes ao exercício 2018, tramitavam 100.355 processos referentes a este tema apenas perante os Juizados Especiais Federais, equivalendo a 1,33% do total de feitos em todo o país¹.

Como tentaremos demonstrar ao longo desse trabalho, a crescente judicialização do tema suscita questionamentos acerca da legitimidade do Poder Judiciário, ao atuar substituindo os parâmetros e procedimentos adotados pela Administração na apreciação dos requerimentos de concessão de benefícios assistenciais, especialmente quando se observam os critérios pouco claros utilizados pelos magistrados para deferimento ou não dos pleitos deduzidos, com casos semelhantes sendo julgados de forma drasticamente diferente por juízos diversos, quando não pelos mesmos julgadores, ao arrepio da isonomia e da segurança jurídica.

¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2019: ano-base 2018**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. p. 208.

II. Organização do trabalho e limitações

A organização desse trabalho compõe-se de três capítulos. No Capítulo 1, tecemos rápidas considerações sobre a evolução da Assistência Social no Brasil, bem como acerca do arcabouço legal que regulamenta os diversos programas assistenciais.

No Capítulo 2, pretendemos traçar um panorama dos benefícios assistenciais em pecúnia previstos em nosso ordenamento jurídico, tecendo, ao final, uma análise crítica às premissas norteadoras do constituinte e do legislador para a redação dos dispositivos que estabelecem as condições para a concessão do benefício de prestação continuada. Nesse tópico, destacaremos como o legislador pretendeu ser minucioso em alguns pontos e acabou se omitindo completamente em outros.

No Capítulo 3, pretendemos abordar, ainda que sucintamente, as principais controvérsias judiciais em matéria de concessão de benefícios assistenciais, analisando os julgados dos Tribunais Superiores (STF e STJ) em sede de ação direta de constitucionalidade, recursos extraordinários e recursos especiais repetitivos, os quais acabaram por acentuar o papel do Poder Judiciário como extensão da atividade administrativa de concessão de benefícios de prestação continuada.

Também merecerão destaque os principais julgamentos de incidentes de uniformização, bem como a elaboração de verbetes de jurisprudência pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), os quais consideramos relevantes na medida em que a grande maioria dos litígios acerca do tema são processados no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

Sustentamos, nesse Capítulo, que a origem da litigiosidade exacerbada decorre da omissão do legislador em estabelecer parâmetros de miserabilidade e deficiência consentâneos com os objetivos da política constitucional de Assistência Social, bem como de disciplinar procedimentos adequados para avaliação das condições concretas de vida dos requerentes, as quais são pautadas por meio de entrevistas com assistentes sociais e não com base em análises biopsicossociais, previstas pela Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Tais condições acarretam não apenas o indeferimento indevido de diversos benefícios, como também a concessão irregular de outros, estimulando intensa judicialização, cujos processos acabam por suscitar iniciativa probatória acerca de questões não apreciadas previamente no âmbito administrativo, levando os magistrados de primeiro grau a atuarem como

verdadeiros analistas do seguro social, quando não a efetuar um verdadeiro julgamento moral sobre a pessoa dos assistidos, caminhando pela sutil linha que separa a equidade da arbitrariedade.

Por derradeiro, no Capítulo 4 apresentamos as propostas legislativas acerca de novos critérios para concessão do benefícios assistenciais, bem como defendemos um parâmetro de resolução para as lides nessa seara, com base no índice de vulnerabilidade social (IVS), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mediante a elaboração de metodologia que permita aferir de modo mais preciso a necessidade das famílias em serem assistidas monetariamente pelo Estado.

Para arrematarmos a presente introdução, cremos oportuno nos posicionarmos desde já acerca de algumas limitações metodológicas.

Em primeiro lugar, destacamos que não nos preocupamos nesse trabalho em analisar o impacto das decisões judiciais sobre o orçamento público. Não negamos a importância dessa questão, em um contexto mais amplo de financiamento da própria Assistência Social. Contudo conforme restará claro no decorrer dessa dissertação, o impacto orçamentário da judicialização dos benefícios de prestação continuada é relativamente pequeno no conjunto de recursos desembolsados pela União no âmbito da Seguridade Social. Ademais, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com a judicialização da Saúde, o custeio dos recursos destinados a benefícios assistenciais concedidos por decisão judicial encontra-se bem equacionado, seja por meio da abertura de créditos suplementares ao Fundo Nacional de Assistência Social, ou por meio da inscrição de pagamentos via precatórios e requisições de pequeno valor.

Em segundo lugar, embora pretendamos tecer linhas gerais acerca da política pública constitucional de Assistência Social, não é objetivo desse trabalho avaliar a justiça ou correção das ações assistenciais eleitas pelo legislador, ou se as mesmas geram distorções entre os beneficiários de prestações assistenciais e os segurados da Previdência Social.

Tais divagações são indubitavelmente relevantes, contudo demandam um trabalho acadêmico próprio, que ansiamos por empreender no futuro. Como cremos restar demonstrado no curso dessa dissertação, o Poder Judiciário, na resolução de lides individuais, e mesmo ao decidir demandas coletivas sobre o tema, jamais sustenta que está criando ou retificando distorções na política pública assistencial, mas tão somente restabelecendo a legalidade, consoante os parâmetros já estabelecidos pelas normas vigentes, ou complementando lacunas.

Ademais, embora optemos por fazer uma brevíssima recapitulação da evolução da Assistência Social no Brasil, não pretendemos comparar o sistema assistencial brasileiro com experiências estrangeiras, o que seria conveniente caso o tema abordasse melhorias na própria política assistencial, o que não é nossa intenção, conforme acima salientado.

Por derradeiro, a pesquisa bibliográfica citada nesse trabalho buscou, na medida do possível, prestigiar a produção acadêmica mais recente sobre as temáticas aqui envolvidas, composta principalmente de dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas por essa Faculdade de Direito, bem como de artigos publicados em periódicos e obras coletivas.

Não se desconhece a vetusta obra de honoráveis juristas que, ao longo de décadas, pensaram a proteção social nesse país. Contudo temos em mente que a presente obra tem um propósito muito concreto e palpável, diante das dificuldades de tomada de decisões pelos operadores do Direito na seara assistencial, sobre as quais vem a doutrina se debruçando nas últimas décadas.

A contribuição que oferecemos cinge-se aos cidadãos que batem às portas da Administração Pública, rogando pelo socorro prometido na lei e que, uma vez tendo rejeitados seus pleitos, provocam o Poder Judiciário para reparar a alegada violação de suas pretensões, fornecendo elementos úteis à prática por parte de operadores do Direito e até mesmo pelos próprios jurisdicionados, na medida em que muitas demandas cabem aos Juizados Especiais Federais, nos quais a capacidade postulatória é universalizada.

CONCLUSÕES

Como síntese da pesquisa empreendida, destacamos que a evolução histórica da Assistência precede a emancipação científica do estudo de métodos de Proteção Social, e com a instituição do seguro social a partir do século XIX, passou a caminhar lado a lado com este último, como instrumento subsidiário das políticas de seguridade social.

No Brasil, a Assistência, inicialmente prestada por particulares com intuito filantropo, foi incorporada como política de Estado, sendo elaborado, desde a década de 1930, um verdadeiro cipoal normativo, composto de leis, decretos e outros atos infralegais, disciplinando uma plêiade de programas assistenciais que se articulam com ações de diversos órgãos da Administração Pública nas três esferas de governo, bem como com entidades da sociedade civil.

Tal dispersão normativa, ainda que subordinada aos ditames gerais da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica promulgada em 1993, também atinge a regulamentação do benefício de prestação continuada, assim como dos demais benefícios assistenciais em pecúnia prestados a diversos públicos alvo. Entretanto, embora seja inerente à política assistencial brasileira a descentralização de competências normativas e de atribuições, tal não se dá com a gestão financeira e operacional do benefício de prestação continuada, concentrada em poucos órgãos federais e distante da participação popular.

Em função de circunstâncias econômicas e sociais de nossa época, como o envelhecimento da população, a diminuição do número de segurados pelo regime geral de Previdência Social, a redução da renda nacional das famílias e do produto interno de municípios, a exclusão de idosos e pessoas com deficiência do mercado de trabalho, dentre outras, há uma elevação da procura pela tutela assistencial, sendo concedidos mais de cinco milhões de benefícios de prestação continuada.

Como resultado da centralização da gestão do BPC, a padronização de procedimentos e interpretações normativas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, além da necessidade de racionalização de custos operacionais, levam a autarquia federal a adotar um método inadequado de avaliação dos requisitos para concessão e manutenção dos benefícios, os quais, somados à cultura de litigância, induzem à elevada judicialização da matéria.

Ainda neste particular, o levantamento de dados estatísticos demonstra que o próprio Poder Judiciário tem contribuído para o aumento do número de controvérsias, seja em função de

questões processuais como a competência dos Juizados Especiais Federais e a concessão indiscriminada da gratuidade judiciária, seja em função da sinalização dada aos jurisdicionados pelos Tribunais Superiores e pela TNU, no julgamento de causas de repercussão nacional, seja ainda em função das decisões casuísticas e arbitrárias proferidas pelos magistrados de primeiro e segundo grau, sem qualquer critério objetivo para aferição dos requisitos necessários para concessão dos benefícios assistenciais, gerando insegurança jurídica e estímulo a demandas temerárias.

De outro turno, a pesquisa demonstrou que existe farto acervo conceitual e metodológico disponível para adoção de novos critérios para avaliação da miserabilidade e deficiência, além de permitir a integração do benefício pecuniário à estrutura do Sistema Único de Assistência Social, em ações que efetivamente transformem o ingresso de recursos nas famílias vulneráveis em um instrumento de superação da miséria e desigualdade no país.

Neste sentido, o estudo apresentou o Índice de Vulnerabilidade Social, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas com uma alternativa viável para a substituição do método atualmente utilizado pela Administração Pública, método este que vem se mostrando insuficiente para proteção dos destinatários da garantia prometida pela Constituição, além de violar compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no plano internacional.

Não obstante, também é sustentada a necessidade de adequação das dimensões avaliadas, a fim de considerar aspectos específicos relevantes para a cobertura assistencial, como a presença de idosos e pessoas com necessidade de cuidados especiais nos núcleos familiares, além da presença de políticas assistenciais de integração ao mercado de trabalho. Por derradeiro, defendemos a redistribuição de atribuições às unidades locais do Sistema Único de Assistência Social, em substituição ao modelo centralizado nas Agências do Instituto Nacional do Seguro Social, com nítidas vantagens técnicas e econômicas.

Mesmo que nossa proposta nunca venha a ser implementada em âmbito administrativo, caso o Poder Judiciário passe a considerar o critério de avaliação ora defendido, orientando os peritos assistentes sociais a elaborarem laudos que contemplem as variáveis aqui abordadas, de modo a aferição da condição social dos requerentes amparada em critérios científicos e objetivos, poderá ser mitigado o grau de discricionariedade no julgamento das causas, em prestígio aos princípios constitucionais da fundamentação das decisões e da proteção da confiança, pilares de um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dmitri Brandi de. **A previdência social como instrumento de intervenção do Estado brasileiro na economia**. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. A doutrina da proibição de insuficiência (“*Untermaßverbot*”). *In*: HECK, Luís Afonso (org.). **Direitos fundamentais, teoria dos princípios e argumentação: escritos de e em homenagem a Robert Alexy**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2015, p. 73-94.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas; ALMEIDA, Táli Pires de. O direito dos imigrantes ao benefício de prestação continuada: uma questão de cidadania, *In*: SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; COSTA, José Ricardo Caetano (org.). **Benefício assistencial: Lei n. 8.742/93: temas polêmicos**. São Paulo: LTr, 2015. p. 116-126.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. 3.ed.rev.e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BATISTA, Flávio Roberto. Apontamentos críticos para uma história do direito previdenciário no ocidente capitalista. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 111, jan./dez. 2016. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017. p. 143-176. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/133542/129549>>. Acesso em 09 dez. 2019.

_____. Os limites do bem-estar no Brasil. **Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, vol. 132, jan./mar. 2017. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2017. p. 71-90. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/documentos/revs/EDICOES_DA_REVISTA/revista_edicao_132.pdf>. Acesso em 13 dez. 2019.

_____. Uma contribuição ao estudo da assistência social à pessoa com deficiência: trabalho e eficiência no modo de produção capitalista. In: SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; e COSTA, José Ricardo Caetano (org.). **Benefício assistencial: Lei n. 8.742/93: temas polêmicos**. São Paulo: LTr, 2015. p. 24-31.

BEVERIDGE, William. **O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins**. trad.: Almir de Andrade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943.

CALCIOLARI, Ricardo Pires. **O orçamento da seguridade social e a efetividade dos direitos sociais**. 1. ed., 1. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. trad.: Ida Maria Theresa S. Frank. **Revista Caderno CRH**. vol. 10, n. 26. jan./dez. 1997. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, 1997. p. 19-40.

CEDENHO, Antonio Carlos. A assistência aos desamparados no artigo 203 da Constituição Federal brasileira e em outros países da América Latina. **Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, vol. 123, out./dez. 2014. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2014. p. 41-61. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/documentos/revs/EDICOES_DA_REVISTA/revista_edicao_123.pdf>. Acesso em 19 dez. 2019.

_____. **Diretrizes constitucionais da assistência social**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. Perícia biopsicossocial: o bom exemplo que vem da Lei Orgânica da Assistência Social. *In*: SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; COSTA, José Ricardo Caetano (org.). **Benefício assistencial: Lei n. 8.742/93: temas polêmicos**. São Paulo: LTr, 2015. p. 94-105.

DAIN, Sulamis; Matijastic, Mulko, Finanças públicas, salário mínimo e seguridade social: as aparências enganam? *In*: BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade (org.) *et al.* **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, IE, 2005. p. 71-89.

DANIEL, Juliana Maia. **O mínimo existencial no controle jurisdicional de políticas públicas**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. trad.: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRARIO, Marcela Nogueira. **Análise do impacto dos programas de transferência de renda sobre as despesas familiares com o consumo**. Tese de doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

FIMIANI, Heloísa. **O desenho da política previdenciária brasileira: incentivos de contribuição e implicações para o quadro de desigualdades**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O poder judiciário e as políticas públicas previdenciárias**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREITAS, Maria José de; SOUZA, Maria Valdênia Santos de; MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. O benefício de prestação continuada – BPC: direito socioassistencial. *In*: CRUS, José Ferreira da (org.) *et al.* **Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. p. 134-153.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (coord.) *et al.* **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT)**. 3. ed. rev. ampl. mod. São Paulo: SiBiUSP, 2016.

GABAN, Luiz Fernando Molan. **Benefício de prestação continuada: a aplicação do artigo 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, como parâmetro complementar do critério da renda per capita e os caminhos para um novo critério econômico**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. atual.: Ana Claudia Schwenck dos Santos. 22. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

HOBBSBAWN, Eric John Ernest. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. trad.: Marcos Santarrita. rev. téc.: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino (org.). **Comentários às súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2016.

LAVINAS, Lena. Salário mínimo, linha de pobreza e benefícios assistenciais: desvincular é preciso? *In*: BELTAR, Paulo Eduardo de Andrade (coord.) *et al.* **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, IE, 2005. pp. 121-134.

LEITÃO, André Studart. **Benefício assistencial ao idoso, à pessoa com deficiência e ao trabalhador portuário avulso**. Salvador: Juspodvm, 2016.

LIMA, João Alberto de Oliveira. **A gênese do texto da Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf#cap1r>>. Acesso em 06 jan. 2020.

MARQUES, Carlos Gustavo Moimaz. **O benefício de prestação continuada: reflexões sobre o trabalho do Poder Judiciário na concretização dos direitos à seguridade social**. São Paulo: LTr, 2009.

MARQUES, Rosa Maria. Salário mínimo, seguridade social e combate à pobreza. *In*: BELTAR, Paulo Eduardo de Andrade (coord.) *et al.* **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, IE, 2005. pp. 107-120.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: Ltr, 2015.

MIRANDA, Geralda Luiza de. O ciclo de política como campo estratégico: o caso do benefício de prestação continuada. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 56, n. 2. abr./jun. 2013. Rio de Janeiro: UERJ, IESP, 2013. p. 439-482. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000200007&script=sci_arttext>. Acesso em 07 jan. 2020.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Teoria Jurídica do salário**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 1997.

NASCIMENTO, Silvia Codelo. **Benefício assistencial de prestação continuada: uma garantia do mínimo existencial à pessoa com deficiência ou idosa?** 2016. 109 p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Thaís Aparecida Eustáquio Rodrigues de. **O envelhecimento populacional no contexto brasileiro sob a égide da (des)proteção social**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-46.

PIERDONÁ, Zélia Luiza. Os princípios constitucionais de seguridade social como limitadores do ativismo judicial na proteção social. *In*: FRANCISCO, José Carlos (coord.). **Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. p. 327-351.

_____. A assistência social como subsistema subsidiário na seguridade social e o valor do benefício previsto no art. 203, V, da Constituição: uma análise a partir do Relatório Beveridge. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**. v. I, n. 2, jul./dez.2015, Brasília: UDF, 2015. p. 210-223.

_____; MARQUES, Carlos Gustavo Moimaz. A caracterização da necessidade como objeto de tutela da assistência social. *In*: ROCHA, Cláudio Janotti da (coord.) *et al.* **Seguridade social e meio ambiente do trabalho: direitos humanos nas relações sociais**. tomo I, v. I. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 247-255.

POCHMANN, Marcio (org.) *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 1: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARMENTO, Daniel. A proteção judicial dos direitos-sociais: alguns parâmetros ético-jurídicos”. *In*: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. 1. ed. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 553-586.

SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. O Direito à assistência social como objeto específico de conhecimento da ciência jurídica. *In*: ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (org.) *et al.* **Concurso de artigos jurídicos: Direito à assistência Social**. Brasília: MDS, 2015. p. 63-74.

_____. **Resolução do conflito previdenciário e direitos fundamentais**. 2014. 255 p. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Adalberto Prado (coord.) *et al.* **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1979.

SILVA, Daiana Inocente da. **Impactos dos programas de transferência de renda Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral**. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado: livro da remuneração**. 3.ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVESTRE, Carlos. **INSS: manual de benefícios assistenciais: teoria, prática, legislação, jurisprudência**. 2. ed. Leme: J.H. Mizuno, 2010.

SIMÕES, Aguinaldo. **Princípios de segurança social: previdência social e assistência social**. São Paulo: sem editora, 1967.

SOARES, Carla Regina Silva. **Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social: um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015.

SPOSATI, Aldaísa de Oliveira. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STRECK, Lenio Luiz. A dupla face do princípio da proporcionalidade: da proibição de excesso (*Übermassverbot*) à proibição de proteção deficiente (*Untermassverbot*) ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. **Revista da AJURIS**, v. 32, n. 97, Porto Alegre: AJURIS, 2005, p. 171-202.

_____. A (primeira) aplicação da *Untermassverbot* pelo Supremo Tribunal Federal: comentário ao RE 418.376. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; VALE, André Rufino do (org.). **A jurisprudência do STF nos 20 anos da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 205-213.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Assistência social. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. 1. ed. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo O mínimo existencial como conteúdo essencial dos direitos fundamentais. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. 1. ed. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 313-339.

VAN DER BROCKE, Alexandre Moreira. **Direitos fundamentais e proibição da proteção deficiente (*untermassverbot*)**. Curitiba: CRV, 2016.

VIDAL NETO, Pedro. **Natureza jurídica da seguridade social**. Tese apresentada no concurso para professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **O cuidado como trabalho: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero**. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer ao Projeto de Emenda à Constituição nº 06, de 2019.** Apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 09 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1730596&filename=Tramitacao-PEC+6/2019>. Acesso em 08 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer ao Projeto de Emenda à Constituição nº 06, de 2019.** Apresentado à Comissão Especial Temática constituída pela Câmara dos Deputados para análise da PEC nº 06/2019 em 13 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1764374&filename=Tramitacao-PEC+6/2019>. Acesso em 08 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer ao Projeto de Lei nº 3.967, de 1997.** Comissão de defesa dos direitos da pessoa idosa. Brasília, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/propmostrarintegra?codteor=1850838&filename=PRL+1+CIDOSO+%3D%3E+PL+3967/1997>> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer complementar ao Projeto de Emenda à Constituição nº 06, de 2019.** Apresentado à Comissão Especial Temática constituída pela Câmara dos Deputados para análise da PEC nº 06/2019 em 03 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1773831&filename=Tramitacao-PEC+6/2019>. Acesso em 08 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda à Constituição nº 33, de 1995.** Publicado no Diário Oficial da União em 11 de abril de 1995. ano L, n. 58. p. 6038-6044. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1995.pdf#page=42>> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.** Apresentado ao Plenário em 05 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>

br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda à Constituição nº 06, de 2019.** Apresentado ao Plenário em 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.058, de 2014.** Apresentado ao Plenário em 04 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=FACA0A169A77AF017ADAECE0CA84B4AA.proposicoesWebExterno2?codteor=1283918&filename=PL+8058/2014> Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **Nota técnica nº 24 do Centro de Inteligência da Justiça Federal.** Brasília, DF, 31 de maio de 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admin/Downloads/Nota%20T%C3%A9cnica%2024%20-%20Per%C3%ADcias%20FINAL.pdf>> Acesso em 17 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2019: ano-base 2018.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf> Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tábuas completas de mortalidade.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=downloads>>. Acesso em 13 dez. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf> Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Métodos e conceitos para o cálculo do índice de vulnerabilidade social com base nas PNADs e desagregações: relatório institucional.** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180426_RI_metodos_e_conceitos.pdf> Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Planilha do índice de vulnerabilidade social em bases nacional, por Unidade da Federação, região metropolitana ou município.** Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>> Acesso em 16 jan. 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras.** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf> Acesso em 16 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Anuário estatístico da Previdência Social.** Brasília: MF/INSS/DATAPREV, 2017. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/08/aeps2016.pdf>> Consulta em 09 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Anuário estatístico da Previdência Social.** Brasília: MF/INSS/DATAPREV, 2018. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/01/AEPS-2017-janeiro.pdf>> Consulta em 09 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Boletim estatístico da Previdência Social. Vol. 33, n. 10: outubro 2019.** Brasília: MF/INSS/DATAPREV, 2019. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/12/Beps102019_trab_Final__PORTAL_atualizado.pdf> Consulta em 03 jan. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Manual técnico de perícia médica previdenciária.** Aprovado pela Resolução nº 637, de 19.03.2018, da Presidência do INSS.

Brasília: Diretoria de Saúde do Trabalhador, março de 2018. Disponível em: <<https://www.saudeocupacional.org/v2/wp-content/uploads/2018/03/Manual-T%C3%A9cnico-de-Per%C3%A9cia-M%C3%A9dica-2018.pdf>>. Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Manual técnico do serviço social**. Aprovado pela Resolução nº 203, de 30.05.2012, da Presidência do INSS. Brasília: Diretoria de Saúde do Trabalhador, maio de 2012. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/422145/RESPOSTA_PEDIDO_ManualTecnico_Anexo.pdf>. Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM**. ano I, nov. 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/RASEAM_interativo_e.pdf>. Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. **Resolução nº 010, de 29 de junho de 2010**. Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 09 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/204.pdf>> Acesso em 16 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo. **Resolução nº 04, de 16 de março de 2017**. Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2120.pdf>> Acesso em 16 jan. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer ao Projeto de Emenda à Constituição nº 06, de 2019**. Apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal em 04 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8003672&ts=1575987255205&disposition=inline>>. Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Incidente de uniformização de jurisprudência 7.203 - Pernambuco**. Brasília, DF, 10 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/>>

processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1079914&num_registro=200900710966&data=20111011&formato=PDF> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Recurso especial 330.202 – Alagoas**. Brasília, DF, 04 de junho de 2002. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=6675&num_registro=200101200886&data=20020701&formato=PDF> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Recurso especial 1.112.557 – Minas Gerais**. Brasília, DF, 28 de outubro de 2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=924960&num_registro=200900409999&data=20091120&formato=PDF> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Recurso especial 1.355.052 – São Paulo**. Brasília, DF, 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1371079&num_registro=201202472395&data=20151105&formato=PDF> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Recurso especial 1.648.305 - Rio Grande do Sul**. Brasília, DF, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1705832&num_registro=201700090055&data=20180926&formato=PDF> Acesso em 09 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Recurso especial 1.741.057 - São Paulo**. Brasília, DF, 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1775251&num_registro=201801129660&data=20190614&formato=PDF> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Ação direta de inconstitucionalidade 1232-1 - Distrito Federal**. Brasília, DF, 27 de agosto de 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=385451>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Agravo regimental na petição 8.002 – Rio Grande do Sul**. Brasília, DF, 12 de março de 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340589612&ext=.pdf>> Acesso em 09 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Mandado de injunção 448-0 - Rio Grande do Sul**. Brasília, DF, 05 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=81821>> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental 347 – Distrito Federal**. Brasília, DF, 09 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>> Acesso em 09 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Reclamação 4.374 - Pernambuco**. Brasília, DF, 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Recurso extraordinário 418.376 - Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF, 09 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=412578>> Acesso em 09 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Recurso extraordinário 567.985 - Mato Grosso**. Brasília, DF, 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4614447>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Recurso extraordinário 580.963 - Paraná**. Brasília, DF, 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4864062>> Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Recurso extraordinário 587.970 - São Paulo.** Brasília, DF, 20 de abril de 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13649377>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2.894/2018 - Plenário. Processo 022.354/2017-4.** Brasília, DF, 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2894%2520ANOACORDAO%253A2018completo/*/NUMACORDAO%253A2894%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uuid=a76730f0-1f1a-11ea-8e8a-07fc5b6974db> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Sentença no procedimento ordinário nº 0001864-44.2014.8.26.0629.** Tietê, SP, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?nuProcesso=0001864-44.2014.8.26.0629&cdProcesso=HH00004EZ0000&cdForo=629&baseIndice=INDDS&nmAlias=PG5CAMP&tpOrigem=2&flOrigem=P&cdServico=190101&acessibilidade=false&ticket=29f5f9cdrbXDUsGCpBRZGso7Db aRQP0ciU9v3jTQY9CCy4IUZbNOKN4F0xYudKlvVF%2BbsC1jNlBcxYdK7jQqNH01dlp92%2BGHI0iHgKWVoS2vkQg%2Fd2Uzp%2BGny%2BKR%2BYOwE4ZYwx65w7OX4pS93VVO RsBZpiHhBJhukReAZVN0TXLT5xLC%2BI7YWqFsBQcY0A4oOtB5P1Ka6G%2BR7zn1kzFYocJAWBYDqIj5z6%2BecSsoipgd4gcqoTnbYyAswXHes%2FIW%2FYRDwFN55hfxiZXpH4qtW2dzl7p5lGm1s3xPWlRfd04%3D>> Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Sentença na ação civil pública nº 0006972-83.2012.4.01.3400.** Brasília, DF, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admin/Downloads/f2edafec02b3505151475233e2e87114.pdf>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Acórdão na apelação no procedimento ordinário nº 0029077-49.2016.4.03.9999.** São Paulo, SP, 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/diario/Consulta/VisualizarDocumentosProcesso?numerosProcesso=201603990290778&data=2017-01-30>> Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Acórdão em apelação na ação civil pública 5044874-22.2013.4.04.7100**. Porto Alegre, RS, 27 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41454598399391441110000000072&evento=490&key=4e7ccd6e0a85ce84e6c18f8cfd7cb4f99a4c76788e96df29a5a798b35cdc9c1b&hash=2512d732542c60930d8c3cc6a02ac6e3> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Embargos de declaração no pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0073261-97.2014.4.03.6301**, Brasília, DF, 25 de abril de 2019. Disponível em: <https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=771556212659810978371116947125&evento=771556212659810978371120703069&key=1eeacdcee6dce37d0982bb18bb1ecda912baef19756a6b6708dd6e8964e5cc66&hash=33567015b80d74b75d1f3bf0f75b3432> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0013826-53.2008.4.01.3200**, Brasília, DF, 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/uploads/L3KV9FL1.pdf>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0503863-51.2009.4.05.8103**, Brasília, DF, 16 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/uploads/cJfqwyTo.pdf>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0504108-62.2009.4.03.8200**, Brasília, DF, 02 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/uploads/eJzBQKv1.pdf>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0528310-94.2009.4.05.8300**, Brasília, DF, 15 de abril de 2015. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/uploads/KabUx99P.pdf>> Acesso em 17 jan. 2020.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 2006.63.01.052381-5**, Brasília, DF, 16 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/uploads/QYl9N68s.pdf>> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. **Pedido nacional de uniformização de jurisprudência 0503639-05.2017.4.05.8405**, Brasília, DF, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=771551119358828490747598816941&evento=771551119358828490747598829203&key=29e7aeaa8c451fc5356c85ca3f688842ca030ae0c67025bc5bc50ee130015e5&hash=a8e607c126cc9193dcf63edea7a47aab> Acesso em 19 dez. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecesta_basica/salarioMinimo.html>. Acesso em 02 jan. 2020.

ESTADO DA CIDADE DO VATICANO. Carta encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice **Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários**. Versão oficial do texto em língua portuguesa, disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 12 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **R202 - Social Protection Floors Recommendation, 2012 (No. 202)**. Versão oficial do texto em língua espanhola, disponível em:

<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:0::no::p12100_instrument_id,p12100_lang_code:3065524,es:no> Acesso em 12 jan, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório mundial sobre proteção social 2017-19: proteção social universal para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_698042.pdf>. Acesso em 13 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF**. trad.e rev.: Amélia Leitão. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/CLASSIFICACAO-INTERNACIONAL-DE-FUNCIONALIDADE-CIF-OMS.pdf>>. Acesso em 04 jan. 2020.